



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná
Auditoria Interna



PAINT 2019
PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

PAINT 2019 – Versão Preliminar

SUMÁRIO

1.	PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2018	3
1.1.	INSTITUIÇÃO	3
1.2.	ALUNOS	4
1.3.	ORÇAMENTO POR <i>CAMPUS</i>	5
1.4.	CURSOS	6
1.5.	SERVIDORES	7
1.6.	ORÇAMENTO DO IFPR (PLOA – 2019).....	7
2.	CONTROLE INTERNO DA GESTÃO, <i>COMPLIANCE</i> E AUDITORIA INTERNA.....	8
2.1.	CONTROLE INTERNO DA GESTÃO – PRIMEIRA LINHA DE DEFESA .	8
2.2.	<i>COMPLIANCE</i> – SEGUNDA LINHA DE DEFESA	9
2.3.	AUDITORIA INTERNA – TERCEIRA LINHA DE DEFESA	9
2.4.	FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – REPORTE	10
3.	RECURSOS	12
3.1.	EQUIPE DE TRABALHO	12
3.2.	SISTEMA	12
4.	PAINT	13
4.1.	MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES	13
4.2.	HIERARQUIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	14
4.2.1.	MATERIALIDADE	14
4.2.2.	RELEVÂNCIA.....	14
4.2.3.	CRITICIDADE.....	16
4.3.	ÁREAS RELACIONADAS PASSÍVEIS AUDITORIA	17
4.3.1.	MATRIZ DE RISCO.....	18
4.3.2.	UNIDADES AUDITADAS:	20
4.3.3.	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:.....	22
4.4.	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA AUDITORIA	24
4.5.	CÁLCULO DA FORÇA DE TRABALHO	25
4.6.	PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA.....	26
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	ANEXO 1: CÁLCULO DA RELEVÂNCIA NAS ÁREAS A SEREM AUDITADAS	30

1. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2018

Em conformidade com o que estabelece a Instrução Normativa Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015¹, apresentamos à CGU – Controladoria Geral da União, o PAINT do exercício de 2019.

1.1. INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma instituição pública federal, de ensino, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). É voltada à educação superior, básica e profissional, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

A Instituição foi criada em dezembro de 2008 através da Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Com a Lei em vigor, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) foi transformada no IFPR, que hoje possui autonomia administrativa e pedagógica.

¹ A CGU lançou a Instrução Normativa nº 9, de 9 de outubro de 2018, modificando a sistemática de apresentação no PAINT. No entanto, como a apresentação do documento se dá até o final de outubro, o próprio Órgão deixou a critério das Auditorias Internas, a apresentação do planejamento conforme IN atual ou antiga.

O IFPR atua em diversos municípios do Paraná, e está presente nas seguintes cidades ²:

1. Assis Chateaubriand	14. Paranaguá
2. Campo Largo	15. Paranavaí
3. Capanema	16. Pinhais
4. Cascavel	17. Pitanga
5. Colombo	18. Telêmaco Borba
6. Curitiba	19. Umuarama
7. Foz do Iguaçu	20. União da Vitória
8. Irati	21. Astorga
9. Ivaiporã	22. Barracão
10. Jacarezinho	23. Coronel Vivida
11. Jaguariaíva	24. Goioerê
12. Londrina	25. Quedas do Iguaçu
13. Palmas	

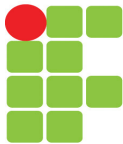
1.2. ALUNOS

Dados de 2018 apontam que o IFPR possui³:

Alunos em Curso Técnico	10.365
Alunos em Curso Superior	5.503
Alunos em Pós Graduação	650
Alunos que cursam na modalidade EAD	9.930
T O T A L	26.448

² De acordo com a Resolução 02/2015 de 06 de fevereiro de 2015 – CONSUP/IFPR

³ Fonte: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) – Dados fornecidos pela Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN/IFPR). Competência 10/2018.



1.3. ORÇAMENTO POR *CAMPUS*⁴

Quadro 1: Orçamento 2019 por *Campus*

UNIDADES	ORÇAMENTO 2019	ALUNOS EM CURSO TÉCNICO	ALUNOS EM CURSO SUPERIOR	ALUNOS EM PÓS GRADUAÇÃO	ALUNOS EM CURSO GERAL ⁽¹⁾	DOCENTES ⁽²⁾	*TÉCNICOS ⁽²⁾	Total de Servidores
ASSIS CHATEAUBRIAND	R\$ 1.359.680,00	436	207	32	675	49	31	80
CAMPO LARGO	R\$ 1.502.685,00	643	89		756	51	33	84
CAPANEMA	R\$ 826.435,00	207			423	20	11	31
CASCAVEL	R\$ 997.492,00	265	34	36	419	31	32	63
COLOMBO	R\$ 890.997,00	280			337	27	18	45
CURITIBA	R\$ 3.580.431,00	2.549	478	259	3.286	206	81	287
FOZ DO IGUAÇU	R\$ 1.589.920,00	495	304		872	57	40	97
IRATI	R\$ 1.500.170,00	448	130		591	36	38	74
IVAIPORÃ	R\$ 1.618.420,00	408	120		528	42	34	76
JACAREZINHO	R\$ 1.549.047,00	461	141		640	53	39	92
JAGUARIAÍVA	R\$ 815.702,00	150		21	171	19	11	30
LONDRINA	R\$ 1.611.920,00	506	204		769	65	44	109
PALMAS	R\$ 3.859.914,00	224	2.361	30	2.669	128	53	181
PARANAGUÁ	R\$ 2.015.795,00	424	489	47	1.145	75	42	117
PARANAVAÍ	R\$ 1.545.298,00	481	277	96	894	68	46	114
PINHAI	R\$ 863.847,00	299			299	28	14	42
PITANGA	R\$ 791.020,00	159	37	57	290	18	11	29
TELÊMACO BORBA	R\$ 1.820.252,00	529	350	47	951	50	36	86
UMUARAMA	R\$ 1.410.635,00	432	282	25	1.010	58	37	95
UNIÃO DA VITÓRIA	R\$ 853.641,00	203			254	27	15	42
Total	R\$ 31.003.301,00	9.599	5.503	650	16.979	1.108	666	1.774
CAMPUS AVANÇADO								
ASTORGA	R\$ 577.961,00	85			309	20	11	31
BARRAÇÃO	R\$ 443.556,00	166			166	14	9	23
CORONEL VIVIDA	R\$ 462.150,00	224			402	17	8	25
GOIOERÊ	R\$ 493.783,00	200			200	20	12	32
QUEDAS DO IGUAÇU	R\$ 448.503,00	91			145	14	10	24
Total	R\$ 2.425.953,00	766	-	-	1.222	85	50	135
EAD								
EAD	R\$ 2.545.070,00	9.930		2	9.932			
REITORIA								
REITORIA	R\$ 5.764.868,00					-	237	237
Total						1.193	953	2.146

(1) Fonte de Alunos: SISTEC de 05/10/2018 (PROPLAN). "Alunos em curso geral" contempla a soma de todas as colunas de alunos, acrescidos dos alunos cursantes de cursos FICs (formação inicial e continuada), o qual não estão presentes na tabela. O número de alunos se refere a 10/2018.

(2) A informação de servidores é a que contempla os servidores e suas respectivas lotações (Servidores EAD estão inclusos na Reitoria).

⁴ Fonte: Proplan 10/2018

1.4. CURSOS

Em 2019, o Instituto Federal do Paraná oferecerá a sociedade ⁵:

Vagas 2019		
Campus/Nível	Médio	Superior
Assis Chateaubriand	230	66
Barracão	80	-
Campo Largo	280	-
Capanema	80	36
Cascavel	80	76
Colombo	120	80
Coronel Vivida	80	-
Curitiba	794	231
Foz do Iguaçu	196	116
Goioerê	80	-
Irati	160	116
Ivaiporã	145	156
Jacarezinho	180	116
Jaguariaíva	80	40
Londrina	220	76
Palmas	80	486
Paranaguá	120	192
Paranavaí	160	116
Pinhais	80	-
Pitanga	40	112
Quedas do Iguaçu	40	-
Telêmaco Borba	160	156
Umuarama	-	192
União da Vitória	200	40
Total	3685	2403

⁵ Fonte: Proplan 10/2017. As vagas descritas no item se referem a seleção unificada, realizada pela FUNTEF, referente ao ensino médio e superior. Não estão computados os cursos de pós-graduação, FIC (formação inicial e continuada – cursos técnicos de curta duração), que fazem processos seletivos específicos. O Campus Astorga também não participa do processo geral de seleção para cursos de ensino médio e superior. A EAD, tem previsão de ofertar 8.735 vagas. Pro último, cabe mencionar que Processos Seletivos, que não fazem parte da seleção unificada serão alvo de auditoria.

1.5. SERVIDORES

Em seu quadro de funcionários, a instituição conta com 1.856 pessoas, sendo:

- ✓ 1.193 docentes
- ✓ 953 servidores técnicos administrativos efetivos

1.6. ORÇAMENTO DO IFPR (PLOA – 2019)

Para o exercício de 2019, o Instituto Federal do Paraná tem previsão orçamentária, através da PLOA-2019, ⁶ de R\$ 395.829.413 (trezentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e treze reais). Na sessão onde se trata da materialidade o orçamento será detalhado em programas, ações e natureza de despesas.

⁶ Para elaboração do PAINT foi utilizado o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) lançados no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento) pela PROPLAN (PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO) para balizar os valores da PLOA 2019. O QDD foi utilizado no lugar da PLOA2019 por oferecer maior detalhamento por natureza de despesa e ter valor aproximado ao PLOA.

2. CONTROLE INTERNO DA GESTÃO, *COMPLIANCE* E AUDITORIA INTERNA.

Didaticamente, podemos entender o controle interno da Instituição através de três linhas de defesas, sendo elas: controles internos da gestão, *compliance* e auditoria interna.

2.1. CONTROLE INTERNO DA GESTÃO – PRIMEIRA LINHA DE DEFESA

Sobre o conceito de controle interno da gestão, citamos a IN 01/2016 – MPOG/CGU:

Art. 3º Os órgãos e entidades do Poder Executivo federal deverão implementar, manter, monitorar e revisar os controles internos da gestão, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público. **Os controles internos da gestão se constituem na primeira linha (ou camada) de defesa das organizações públicas para propiciar o alcance de seus objetivos. Esses controles são operados por todos os agentes públicos responsáveis pela condução de atividades e tarefas, no âmbito dos macroprocessos finalísticos e de apoio dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.** A definição e a operacionalização dos controles internos devem levar em conta os riscos que se pretende mitigar, tendo em vista os objetivos das organizações públicas. Assim, tendo em vista os objetivos estabelecidos pelos órgãos e entidades da administração pública, e os riscos decorrentes de eventos internos ou externos que possam obstaculizar o alcance desses objetivos, devem ser posicionados os controles internos mais adequados para mitigar a probabilidade de ocorrência dos riscos, ou o seu impacto sobre os objetivos organizacionais. **(grifo nosso)**

Podemos assim ainda descrever:

“Art. 9º Os controles internos da gestão devem ser estruturados para oferecer segurança razoável de que os objetivos da organização serão alcançados. A existência de objetivos claros é pré-requisito para a eficácia do funcionamento dos controles internos da gestão.”

Portanto, podemos entender o controle interno da gestão, primeira linha de defesa ou simplesmente como a área que vai executar os controles, que o fará objetivando mitigar os riscos que separam a organização do atendimento dos seus objetivos.

2.2. COMPLIANCE – SEGUNDA LINHA DE DEFESA

Compliance, por sua vez, pode ser entendido como a supervisão dos controles internos e não se confunde com a atividade de auditoria interna, sendo assim definida pela IN 01/2016 MPOG-CGU:

Art. 6º Além dos controles internos da gestão, os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal podem estabelecer instâncias de segunda linha (ou camada) de defesa, para supervisão e monitoramento desses controles internos. Assim, comitês, diretorias ou assessorias específicas para tratar de riscos, controles internos, integridade e **compliance**, por exemplo, podem se constituir em instâncias de supervisão de controles internos.

Art. 7º Os controles internos da gestão tratados neste capítulo não devem ser confundidos com as atividades do Sistema de Controle Interno relacionadas no artigo 74 da Constituição federal de 1988, nem com as atribuições da auditoria interna, cuja finalidade específica é a medição e avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos da gestão da organização. **(Grifo nosso)**

O *compliance*, neste caso, faz o papel de orientação e supervisão dos controles internos. No caso do IFPR, os documentos institucionais⁷ não definem especificamente o que compõe a segunda linha de defesa, mas atribuí papel semelhante e importante às Pró-Reitorias, por exemplo:

Art. 35. As Pró-Reitorias do IFPR, dirigidas por Pró-Reitores ou Pró-Reitoras nomeados pelo Reitor, são órgãos executivos que planejam, **superintendem**, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às seguintes dimensões: planejamento e desenvolvimento institucional, administração, ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão de pessoas. **(Grifo nosso)**

No caso, as Pró-reitorias possuem a prerrogativa de superentender (fazer inspeção, inspecionar, supervisionar) os trabalhos sob suas competências, de acordo com a área de atuação.

2.3. AUDITORIA INTERNA – TERCEIRA LINHA DE DEFESA

O objetivo geral da auditoria é avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de examinar o gerenciamento de riscos, visando auxiliar à administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos. Podemos expressar este

⁷ Neste caso, Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 56 de 03 de Dezembro de 2012.

conceito através do Art. 2º, inciso III da Instrução Normativa Conjunta 01/2016 MPOG – CGU:

III – auditoria interna: atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança. As auditorias internas no âmbito da Administração Pública se constituem na terceira linha ou camada de defesa das organizações, uma vez que são responsáveis por proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha ou camada de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da supervisão dos controles internos (segunda linha ou camada de defesa, executada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos). Compete às auditorias internas oferecer avaliações e assessoramento às organizações públicas, destinadas ao aprimoramento dos controles internos, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos de que os órgãos e entidades não alcancem seus objetivos;

2.4. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – REPORTE

O Sistema de Controle Interno (institucional) deve ser composto por, no mínimo, três instâncias citadas anteriormente: Controle Interno da Gestão (instância que irá executar os controles internos), *Compliance* (instância que projeta e avalia os controles) e Auditoria Interna (que faz a supervisão do Sistema de Controle). A figura abaixo ilustra a divisão conforme o IIA (Instituto dos Auditores Internos do Brasil ⁸):



⁸ Declaração de posicionamento do IIA: As três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles. Disponível em: <https://na.theiia.org/standards-guidance/Public%20Documents/PP%20The%20Three%20Lines%20of%20Defense%20in%20Effective%20Risk%20Management%20and%20Control%20Portuguese.pdf>

Segundo o IIA, a primeira linha de defesa (chamada aqui de controle interno) tem as seguintes atribuições: *“Como primeira linha de defesa, os gerentes operacionais gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles. Eles também são os responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.”*

A segunda linha por sua vez tem as seguintes atribuições:

A gerência estabelece essas funções para garantir que a primeira linha de defesa seja apropriadamente desenvolvida e posta em prática e que opere conforme intencionado. Cada uma dessas funções tem seu nível de independência em relação à primeira linha de defesa, mas são, por natureza, funções de gestão. Como funções de gestão, elas podem intervir diretamente, de modo a modificar e desenvolver o controle interno e os sistemas de riscos. Portanto, a segunda linha de defesa tem um propósito vital, mas não pode oferecer análises verdadeiramente independentes aos órgãos de governança acerca do gerenciamento de riscos e dos controles internos (IIA, 2013, p. 4).

Conforme mencionado, a segunda linha de verifica o funcionamento dos controles e é uma função especificada gestão. Cabe a Auditoria a avaliação independente do Sistema de Controle Interno, como um todo:

Os auditores internos fornecem ao órgão de governança e à alta administração avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. Esse alto nível de independência não está disponível na segunda linha de defesa. A auditoria interna provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle (IIA, 2013, p. 4).

Em termos de reporte, a primeira e a segunda linha de defesa se reportam à alta administração (Reitor), enquanto que a terceira linha de defesa também se reporta à alta administração, porém atua de forma independente, tendo que se reportar também ao Conselho Administrativo (Conselho Superior). Embora no caso do IFPR as figuras do Reitor e do Presidente do Conselho Superior se confundam, em essência a comunicação da segunda linha de defesa (*compliance*) e terceira linha de defesa (Auditoria Interna) não tem o mesmo significado. Enquanto a segunda linha de defesa trabalha para a gestão, a terceira linha de defesa possui independência e sua vinculação é unicamente ao Conselho Superior.

3. RECURSOS

A Auditoria interna conta com os recursos elencados a seguir. Todas as ações foram planejadas a partir dos recursos disponíveis.

3.1. EQUIPE DE TRABALHO

Equipe de Trabalho: 06 (seis) Auditores, sendo 02 com formação em economia, 03 com formação em direito e 01 com formação Contábil; e 01 (um) Administrador.

3.2. SISTEMA

A Auditoria Interna tem acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAGF, Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIARH, Sistema de Administração de Pessoal, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, ao Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos do IFPR - SIPAC e Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGAA, Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH e Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

4. PAINT

O Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT é elaborado com base nas legislações vigentes, normas internas, procedimentos, planos, metas, objetivos e diretrizes adotadas pelo Instituto Federal do Paraná, bem como seus programas e ações definidos em orçamento.

A estrutura básica do PAINT é formada por 06 (seis) capítulos, a saber:

- I. Mapeamento das Atividades,
- II. Hierarquização e Priorização das atividades;
- III. Áreas relacionadas que receberão auditoria;
- IV. Ações de Desenvolvimento e Fortalecimento da Auditoria;
- V. Cálculo da Força de trabalho; e
- VI. Plano Anual de Auditoria Interna.

4.1. MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES

Para a realização do mapeamento de atividades, foram levados em consideração todos os programas, ações e atividades que apresentaram créditos orçamentários (PLOA - 2019)⁹ e sua correlação com as áreas de atuação previstas para a auditoria geral, além dos objetivos institucionais formalizados no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 - 2023)

⁹ Para elaboração do PAINT foi utilizado o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) lançados no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento) pela PROPLAN (PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO) para balizar os valores da PLOA 2019. O QDD foi utilizado no lugar da PLOA2019 por oferecer maior detalhamento por natureza de despesas e ter valor aproximado a Lei Orçamentária.

4.2. HIERARQUIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Na análise da hierarquização de atividades, são considerados os desdobramentos de cada item da PLOA-2018 e os objetivos estratégicos formalizados no PDI, ponderando sua materialidade, relevância e criticidade, de acordo com os elementos de despesa, conforme critérios detalhados a seguir:

4.2.1. MATERIALIDADE

A materialidade é apurada com base no orçamento, ou seja, o valor percentual representativo de cada item em relação ao total do orçamento.

MATERIALIDADE	ORÇAMENTO			GRAU
Altíssima materialidade		$x >$	10,00%	10
Alta Materialidade	5,00%	$< x \leq$	10,00%	6
Média materialidade	1,00%	$< x \leq$	5,00%	4
Baixa materialidade	0,10%	$< x \leq$	1,00%	2
Baixíssima materialidade		$x \leq$	0,10%	1

$X =$ orçamento do IFPR

4.2.2. RELEVÂNCIA

A hierarquização pela relevância se dá pela análise dos programas, ações e atividades quanto aos seguintes aspectos:

- Atividade ligada diretamente ao cumprimento da missão da instituição;
- Atividade pertencente ao Planejamento Estratégico da Instituição;
- Atividades que possam comprometer serviços prestados aos cidadãos;
- Atividades que possam comprometer a imagem da instituição;
- Programas prioritários.

Para se chegar ao grau de relevância foram feitos comparativos entre os objetivos constantes no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2019-2023¹⁰ e os gastos previstos conforme natureza de despesa no IFPR. Esta comparação pode ser verificada no Anexo 1.

¹⁰ O PDI 2019-2023 ainda não foi lançado oficialmente, no entanto, solicitamos informações acerca do documento para que pudéssemos finalizar o PAINT 2019.

4.2.3. CRITICIDADE

A hierarquização pela criticidade leva em consideração os aspectos a seguir:

- Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento;
- Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição;
- Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição;
- Falta de informação ou informação inconsistente; e
- Distanciamento físico do gestor dos fatos onde as ações acontecem.

Nesse caso, segue a matriz para a mensuração da criticidade para ser aplicada em cada ação¹¹:

CRITICIDADE	GRAU	ÚLTIMA AUDITORIA
Altíssima criticidade	10	Antes de 2015
Alta criticidade	6	Em 2015
Média criticidade	4	Em 2016
Baixa criticidade	2	Em 2017
Baixíssima Criticidade	1	Em 2017 s/ ressalva

¹¹ A tabela que mensura criticidade leva em consideração apenas o tempo decorrido da última auditoria. Fatores como descentralização, falha no controles, falta de informação e distanciamento físico do gestor são abordados no item **OBSERVAÇÕES ADICIONAIS**.

4.3. ÁREAS RELACIONADAS PASSÍVEIS AUDITORIA

Os trabalhos da auditoria contemplarão as seguintes áreas relacionadas a seguir, sendo destacadas as principais atividades passíveis de serem auditadas. Ao longo da desta Seção, será demonstrada a metodologia utilizada para definição das áreas auditadas.

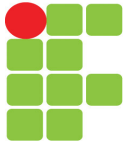
1. CONTROLES DA GESTÃO
1.1 Atuação do TCU
1.2 Atuação da CGU
1.3 Atuação da AUDIN
1.4 Formalização da Prestação de Contas
2. ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO E ACESSORAMENTO
2.1 Implantação da Política de Governança e Gestão de Riscos
2.2 Assessoramentos e Orientações
3. VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1 Dimensionamento da força de trabalho
3.2 Folha de pagamento
4. CONTRATAÇÕES
4.1 Fiscalização de contratos
4.2 Processos Licitatórios
5. AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES
5.1 Programa de Assistência Complementar ao Estudante – PACE
6. GESTÃO PATRIMONIAL
6.1 Imobilizado
7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
7.1 Saldos Contábeis
8. AUDITORIA NOS CAMPI
8.1 Diretoria da EAD
9 ACOMPANHAMENTOS
9.1 Fundação de Apoio
9.2 Editora
10. AUDITORIA INTERNA
10.1. Normativos específicos AUDIN
11. PROCESSOS ESPECIAIS
11.1 Processos seletivos

4.3.1. MATRIZ DE RISCO

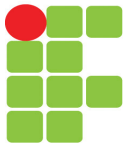
As atividades de auditoria, sob a égide da Constituição Federal e das normas correlatas, estarão voltadas para um exame de relevância e materialidade, na busca de evidências e de controle, para o fim de comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística da instituição.

Para atingir o objetivo da auditoria, cada atividade que compõe o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA-2019) será analisada sob três aspectos apresentados nos tópicos anteriores, isto é, materialidade, relevância e criticidade.

A seguir, a matriz de hierarquização das atividades definidas com base na materialidade, relevância e criticidade:



Mapeamento da Matriz de Risco - PAINT 2019												
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA IFPR 2018 (UG: 158009 GESTÃO 26432)												
Programa	Ação	Natureza	Valor por Natureza	Valor por Ação	Valor por Programa	%	MATERIALIDADE E (peso 6) item 4.2.1	RELEVÂNCIA (peso 3) Anexo 1	CRITICIDADE (peso 1) item 4.2.3	RESULTADO DA MATRIZ DE RISCO	PAINT 2019 (Prioridades)	
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	33504100 - CONTRIBUICOES	73.352	73.352	73.352	0,02	1	0,0	10	16,0	45	
2080 - Educação de Qualidade para todos	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	44905100 - OBRAS E INSTALACOES	2.000.923	2.000.923	60.058.239	0,51	2	1,9	2	19,6	39	
		33901400 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.249.958	73.965.787		0,32	2	1,3	2	17,8	44	
		33901800 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	837.800			0,21	2	5,0	4	31,0	16	
		33902000 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	383.000			0,10	1	8,8	10	42,3	8	
		33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	1.918.912			0,48	2	6,3	10	40,8	9	
		33903017 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	92.771			0,02	1	6,3	6	30,8	19	
		33903100 - PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	1.000			0,00	1	10,0	10	46,0	7	
		33903200 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIB. GRATUITA	16.208			0,00	1	3,1	10	25,4	28	
		33903300 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.980.136			1,01	4	4,4	2	39,1	11	
		33903600 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.029.758			0,26	2	1,3	10	25,8	26	
		33903700 - LOCAO DE MAO-DE-OBRA	21.212.299			5,36	6	1,3	10	49,8	4	
		33903900 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	21.499.093			5,43	6	2,5	10	53,5	3	
		33904000 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	314.568			0,08	1	4,4	10	29,1	21	
		33904006 - LOCAO DE SOFTWARES	88.320			0,02	1	4,4	6	25,1	29	
		33904007 - MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	155.998			0,04	1	3,8	10	27,3	25	
		33904013 - COMUNICACAO DE DADOS E REDES EM GERAL	1.314.373			0,33	2	3,8	10	33,3	14	
		33904016 - OUTSOURCING DE IMPRESSAO	253.471			0,06	1	0,6	10	17,9	41	
		33904020 - TREINAMENTO/ CAPACITACAO EM TIC	11.880			0,00	1	0,6	10	17,9	42	
		33904023 - EMISSAO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	11.172			0,00	1	0,0	10	16,0	46	
		33904700 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	90.404			0,02	1	0,0	10	16,0	47	
		33904800 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	140.000			0,04	1	1,9	10	21,6	35	
		33909100 - SENTENCAS JUDICIAIS	3.100			0,00	1	0,0	4	10,0	52	
		33909300 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	102.000			0,03	1	0,0	4	10,0	53	
		33913900 - OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	470.540			0,12	2	2,5	6	25,5	27	
		33914700 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	100.500			0,03	1	0,0	10	16,0	51	
		44903900 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	9.996			0,00	1	0,0	4	10,0	54	
		44904000 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	41.134			0,01	1	1,3	10	19,8	37	
		44904005 - AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	8.866			0,00	1	4,4	10	29,1	22	
		44905100 - OBRAS E INSTALACOES	875.736			0,22	2	8,1	2	38,4	12	
		44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.567.217			0,90	2	9,4	6	46,1	6	
		44905235 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	239.722			0,06	1	5,0	2	23,0	33	
		44905241 - EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	38.367			0,01	1	4,4	2	21,1	36	
		2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	90.000	11.906.565	0,02	1	2,5	10
	33903900 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA				270.903	0,07	1		5,0	10	31,0	17
	44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			90.000	0,02	1	3,1		4	19,4	40	
	33901800 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES			11.455.662	2,89	4	6,9		4	48,6	5	



Mapeamento da Matriz de Risco - PAINT 2019																			
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA IFPR 2018 (UG: 158009 GESTÃO 26432)																			
Programa	Ação	Natureza	Valor por Natureza	Valor por Ação	Valor por Programa	%	MATERIALIDADE E (peso 6) item 4.2.1	RELEVÂNCIA (peso 3) Anexo 1	CRITICIDADE (peso 1) item 4.2.3	RESULTADO DA MATRIZ DE RISCO	PAINT 2019 (Prioridades)								
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Min de Educação	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	33909300 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	167.935	167.935	569.193	0,04	1	0,0	10	16,0	49								
	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	33901400 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	36.400	569.193		0,01	1	8,1	2	32,4	15								
		33903000 - MATERIAL DE CONSUMO	5.000			0,00	1	0,6	10	17,9	43								
		33903300 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	34.800			0,01	1	7,5	2	30,5	20								
		33903600 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	81.900			0,02	1	1,3	10	19,8	38								
		33903900 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	284.693			0,07	1	4,4	10	29,1	23								
		33909300 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	12.000			0,00	1	0,0	10	16,0	50								
		33913900 - OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	98.000			0,02	1	2,5	10	23,5	31								
		33914700 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	6.360			0,00	1	0,0	10	16,0	51								
		44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.040			0,00	1	5,0	10	31,0	18								
	09HB - Contribuição da União de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	31911300 - OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	43.329.000	317.114.146	10,95	10	0,6	10	71,9	1									
											2004 - Assistência Médica e odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	33909300 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.091.364	1,03	4	1,9	10	39,6	10
											212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	33900800 - OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.883.052	0,48	2	1,9	10	27,6	24
												33904900 - AUXILIO-TRANSPORTE	717.882	0,18	2	0,6	10	23,9	30
												33904600 - AUXILIO-ALIMENTACAO	12.094.116	3,06	4	0,6	10	35,9	13
											20TP - Ativos Cíveis da União	31901100 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	254.998.732	64,42	10	0,6	6	67,9	2
											0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	31900100 - APOSENTADORIAS E REFORMAS.	3.939.000	3.939.000	3.939.000	1,00	2	0,0
Total			395.829.413	395.829.413	395.829.413	100													

4.3.2. UNIDADES AUDITADAS:

Em 2019 a auditoria interna optou por fazer auditorias sistêmicas. Tal decisão se motiva pelo fato da priorização deste tipo de auditoria e redução de gastos com diárias e uso do carro oficial¹². A única exceção é a EAD, que é uma unidade que é equivalente a um campus, porém possui características peculiares (pagamento de bolsas, parcerias,

¹² Essa é uma decisão de planejamento, no entanto, na necessidade de qualquer ida a campo no decorrer de 2019 a Auditoria poderá valer-se do uso de diárias e carro oficial.

oferta de curso diferenciada), sendo o histórico e as mudanças recentes no pagamento de bolsas¹³ o principal motivo de ser auditada.

Os *Campi* a princípio não serão visitados¹⁴ e nem gerarão relatórios específicos, porém realizamos a seleção de Campus onde as amostras serão priorizadas nas auditorias sistêmicas. A lista das unidades (*campi*) a serem priorizadas na seleção nas amostras é selecionada através de critérios objetivos, sendo utilizado para tanto o orçamento de custeio (proporção das unidades no orçamento de custeio total). A partir da fração de orçamento de custeio, multiplicamos pelo valor da criticidade e assim, obtemos o Índice de Auditoria. As sete unidades com Índices de Auditoria mais altos serão as unidades auditadas. Como podemos ver abaixo as unidades auditadas serão: Capanema, Palmas, Cascavel, Curitiba, Telêmaco Borba, Astorga e Goierê. Em relação à criticidade, estabelecemos como “0” (zero) as unidades auditadas em 2018, “1” (um) auditadas em 2017, “2” em 2016, “3” em 2015 e “4” para as unidades auditadas em 2014, “5” para as unidade auditadas em 2013 e “6” para as unidades auditadas anteriormente ou nunca auditadas. Abaixo exibimos a fórmula:

$$IA = \frac{\text{Custeio Campus} \times \text{Criticidade}}{\text{Custeio Total}}$$

IA = Índice de Auditoria

¹³ Em 2018 a EAD deixou de cadastrar os bolsistas no FNDE e passou a pagá-los com recursos próprios, repassados pelo MEC.

¹⁴ Aqui se estabelece critérios objetivos para amostras, no entanto, em caso de julgamento do auditor, o mesmo pode ampliar a amostra ou visitar a unidade auditada. O auditor também poderá suprimir os campi relacionados, neste caso terá que justificar (tecnicamente) no seu trabalho.

Campus	Orçamento de Custeio	Fração do Orçamento de Custeio	Criticidade	Índice de Auditoria
Capanema	939.045,00	2,5	6	14,94
Palmas	4.518.186,00	12,0	1	11,98
Cascavel	1.120.962,00	3,0	4	11,89
Curitiba	3.897.974,00	10,3	1	10,34
Telêmaco Borba	1.905.831,00	5,1	2	10,11
Astorga	577.961,00	1,5	6	9,20
Goioerê	555.438,00	1,5	6	8,84
Foz do Iguaçu	1.596.300,00	4,2	2	8,47
Jacarezinho	1.549.047,00	4,1	2	8,22
Barracão	498.171,00	1,3	6	7,93
Coronel Vivida	462.150,00	1,2	6	7,35
Assis Chateaubriand	1.359.680,00	3,6	2	7,21
Quedas do Iguaçu	448.503,00	1,2	6	7,14
EAD	2.545.070,00	6,7	1	6,75
Ivaiporã	1.618.420,00	4,3	1	4,29
Londrina	1.611.920,00	4,3	1	4,27
Campo Largo	1.502.685,00	4,0	1	3,98
Irati	1.500.170,00	4,0	1	3,98
Pinhais	863.847,00	2,3	1	2,29
Colombo	1.016.491,00	2,7	0	0,00
Jaguariaíva	815.702,00	2,2	0	0,00
Paranaguá	2.206.777,00	5,9	0	0,00
Paranavaí	1.545.298,00	4,1	0	0,00
Pitanga	791.020,00	2,1	0	0,00
Umuarama	1.410.635,00	3,7	0	0,00
União da Vitória	853.641,00	2,3	0	0,00

4.3.3. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

A matriz de risco é uma ferramenta que ajuda a auditoria interna a selecionar as áreas prioritárias a serem auditadas. No entanto, há fatores dentro da instituição que fazem com que determinadas áreas não sejam mensuráveis dentro da matriz de risco.

Isso se deve a fatores históricos, culturais e processos que vão se desenhando dentro da instituição. Esses processos muitas vezes são muito relevantes e críticos, no entanto não são mensuráveis (de forma exata) do ponto de vista da materialidade.

No IFPR entendemos que cinco principais devem ser auditadas, encaixando-se neste perfil (em 2019), são elas: imobilizados, saldos contábeis, celebração de parceria entre a Funtef – Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológicos, editora própria (IFPR) e processos seletivos

A auditoria em imobilizados (depreciação de bens móveis, imóveis) e saldos contábeis (inativos, residuais) são importantes, pois no exercício subsequente contaremos com um auditor com formação em contabilidade. Além dessas matérias nunca terem sido auditadas, os temas são importantes para dar bagagem, de contabilidade pública, ao novo servidor. Assim, além de sanar as potenciais deficiências do IFPR nos assuntos em questão, o aumento na bagagem contábil contribuirá futuramente, em outros trabalhos que extrapolem a área contábil.

Os outros temas incluídos no PAINT, além da matriz de risco, são a parceria entre IFPR e FUNTEF¹⁵ e a implantação de uma editora no IFPR. Ambos os temas, embora em desenvolvimento, carecem de atenção especial, pois ações preventivas em tais assuntos podem evitar inconformidades futuras.

Por fim, cabe justificar a inclusão dos processos seletivos. No IFPR há vários processos seletivos que não são realizados de forma unificada e que também nunca foram auditados. Há programas de mestrado, pós-graduação e possivelmente algum campus que não selecione seus estudantes de ensino médio na mesma etapa que os demais *Campi* o fazem.

¹⁵ O item 9.5 do Acórdão n.º 1178/2018 prevê que os Institutos Federais monitorem a transparência das fundações e autarquias pelos próximos quatro anos. Por isso a inclusão no PAINT.

4.4. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA AUDITORIA

Os eventos específicos de Auditoria elencados abaixo (COBACI, FONAI e CONBRAI) são eventos tradicionais no cenário da auditoria e controle interno, por isso a sua previsão de forma específica. Referente ao curso de Gestão Pública (políticas, contratos, licitações e atividade fim do IFPR) são cursos que serão realizados conforme demanda da Auditoria e oferta do mercado.

Referente aos eventos específicos de Auditoria não há muitas opções, uma vez que o IFPR é uma instituição de ensino e a tampouco as escolas voltadas ao setor público (ENAP e ESAF, por exemplo) possuem vocação para oferta de cursos destinados especificamente a auditoria interna. Na medida do possível, privilegiaremos cursos gratuitos, mas neste momento não é o cenário provável que se apresenta nestes cursos específicos.

Ação de desenvolvimento institucional e capacitação	Origem da Demanda	Justificativa	Cronograma	Local de Realização	Número de Participantes	Previsão de Passagens	Previsão de Diárias	Inscrição para os Cursos	Nº horas dos Recursos Humanos	
Cursos da área de Gestão Pública (políticas, contratos, licitações, e atividade fim do IFPR)*	AUDIN	Capacitação referente as áreas que não sejam área fim de Auditoria	1º e 2º Semestre/2018	Preferencialmente EAD - ESAF, ENAP, CGU, ILB	Indefinido (varia conforme disponibilidade de cursos e carga horária)	-	-	-	290	
Cursos da área de Gestão Pública (políticas, contratos, licitações, e atividade fim do IFPR)*	AUDIN	Capacitação referente as áreas que não sejam área fim de Auditoria	1º e 2º Semestre/2018	A Definir	4	3000	R\$9.186	R\$9.000,00	90	
COBACI Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno - UNAMEC	AUDIN	Atualização e capacitação da equipe	2º Segundo Semestre	A Definir	4	3000	R\$2.124	R\$4.800,00	90	
FONAI - Fórum Nacional dos Integrantes de Auditoria Interna	AUDIN	Atualização e capacitação da equipe	2º Segundo Semestre	A Definir	4	3000	R\$1.770	R\$4.000,00	70	
CONBRAI - Congresso Brasileiro de Auditoria Interna - IIA	AUDIN	Atualização e capacitação da equipe	2º Segundo Semestre	A Definir	4	3000	R\$1.770	R\$10.000,00	60	
Subtotais							12000	R\$8.850	R\$27.800,00	600
Total								R\$48.650		600

4.5. CÁLCULO DA FORÇA DE TRABALHO

O PAINT 2019 abrange o período de 01/01 a 31/12/2019. A auditoria Interna contará com 6 (quatro) auditores e 1 (um) administrador no início de 2019. Em regra a jornada de trabalho dos servidores corresponde a 8 horas diárias (no entanto, dois auditores estão com afastamento parcial de mestrado e outro irá solicitar redução de carga horária e proporcional de proventos¹⁶). Estima-se 255 dias úteis no ano de 2019. Porém temos que considerar o período de afastamento para capacitação¹⁷ e demais compromissos (15 dias úteis), além disso, mensuramos os dias de férias e licenças na tabela abaixo. Segue a relação de férias, licença de cada servidor prevista para 2019 e respectivo cálculo horas/homem que a equipe de auditoria disporá em 2019 para realização de auditorias¹⁸:

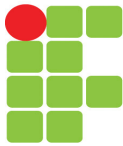
Auditor	Férias	Licença Capacitação	Capacitações	Dias Úteis em 2019	Total de Dias Trabalhados	Horas Trabalhadas
Fabrcio Kristian Tonelli Kuster	20	0	15	255	220	1760
José Roberto Burger	20	60	0	127,5	47,5	380
Marcos Bolzon	20	0	15	255	220	1.320
Roberto Batista	20	0	15	255	132	1.056
Silmara Maria Dellaqua	30	0	15	255	126	1.008
Valdinei Henrique Costa	20	60	15	255	160	1.280
Total	130	120	75	1148	823	6.804

Por fim, as horas de trabalho do Chefe da Auditoria Interna serão incrementadas no gerenciamento das atividades da equipe da AUDIN ao longo de cada trabalho realizado, seja na etapa de planejamento e monitoramento (responsabilidade) do andamento de cada trabalho realizado. Compete, ainda, ao Chefe da Auditoria a representação do setor em eventos institucionais e cursos de capacitação de iniciativa da AUDIN.

¹⁶ O auditor Marcos Felipe Bolzon solicitará redução da carga horária de trabalho de oito para seis horas diárias, com redução proporcional nos proventos. O auditor Roberto Batista e Silmara Maria Dellaqua encontram-se em afastamento parcial para mestrado, conforme Portarias n.º 1431 de 02 de outubro de 2018 e n.º 246 de 05 de março de 2018, respectivamente.

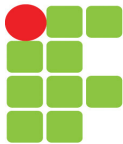
¹⁷ Os dias direcionados para “Capacitações” contam como 15 dias úteis para cada auditor. A “Licença Capacitação” é prevista no Artigo 10 do Decreto n.º 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

¹⁸ Fórmula para cálculo das horas trabalhadas: Horas trabalhadas = n.º de dias trabalhados * Jornada de Trabalho * número de auditores. No caso do Auditor Marcos Bolzon foi considerada a redução no número de horas (pois não se trata de redução de dias trabalhados). Os Auditores Roberto Batista e Maria Dellaqua possuem redução de 40% das suas cargas horárias de dedicação ao mestrado, isto impacta no número de dias e não no dia de horas trabalhadas no dia.



4.6. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA

Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Risco inerente ao objeto	Escopo do trabalho	Período	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento
1. CONTROLES DA GESTÃO								
1.1 Atuação do TCU	TCU	Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e Diligências monitorando a implementação pelos setores responsáveis.	Determinações do TCU não serem atendidas.	100% dos Acórdãos e diligências emitidas.	Mensal	AUDIN/ Unidades	240	Observação às Normas Vigentes
	GABINETE DO REITOR	Reuniões periódicas a fim de levantar as dificuldades para o cumprimento das demandas do TCU	Determinações do TCU não serem atendidas por falta de entendimento do setor responsável.	Acompanhamento de 100% das solicitações do TCU	Mensal	GABINETE DO REITOR	50	Funcionamento do IFPR
1.2 Atuação da CGU	CGU	Acompanhar o atendimento das solicitações na auditoria de acompanhamento e fazer a interligação com os setores/unidades internas	Atendimento incorreto, ou insuficiente, das solicitações de auditoria.	Acompanhamento de 100% das solicitações de auditoria.	Mensal	AUDIN/ Unidades	400	Observação às Normas Vigentes
1.3 Atuação da AUDIN	AUDIN	Elaborar, acompanhar e verificar o atendimento das solicitações de auditoria, orientações, recomendações e plano de providências evitando a fragilidade dos controles.	Falta de implementação de recomendações da AUDIN.	100% das solicitações de auditoria, orientações, recomendações	Mensal	AUDIN/ Unidades	250	Observação às Normas Vigentes
	CGU	Elaboração do Relatório Anual das Atividades da Auditoria	Ausência de relato de alguma atividade executada pela AUDIN.	RAINT 2017	Janeiro	AUDIN	160	IN CGU 24/15
	CGU	Elaboração do Plano Anual de Atividade de Auditoria para o exercício 2019	Falta de qualidade na execução das atividades de auditoria.	PAINT 2019	Out	AUDIN	120	IN CGU 24/15
	AUDIN/CGU	Elaboração dos relatórios de auditoria (registro das constatações de auditoria, notas de auditoria, pareceres técnicos)	Falta de qualidade na execução das atividades de auditoria.	100% dos relatórios, notas e pareceres elaborados pela AUDIN	Mensal	AUDIN	500	Normas de auditoria e legislação aplicada.
1.4 Formalização da Prestação de Contas	AUDIN	Acompanhar a elaboração e verificar o cumprimento das formalidades exigidas na prestação de contas, evitando incompatibilidade com a legislação.	Incompatibilidade do relatório de gestão com as normas vigentes.	Relatórios de gestão e prestação de contas anual	Fev	AUDIN / PROPLAN	150	DN TCU 100/09
		Emitir parecer sobre o relatório de gestão e prestação de contas anual			Fev			Portaria CGU 2.270/09 e anexos
2. ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO E ACESSORAMENTO								
2.1 Implantação da Política de Governança e Gestão de Riscos	AUDIN	Verificar a metodologia e a implantação da Política de Gestão de Riscos	Implantação formal, se o respaldo dos gestores, conscientização e capacitação atingiram o objetivo	Acompanhar a implantação como um todo.	Mensal	PROPLAN	400	Instrução Normativa n.º 01/2016 CGU
2.2 Assessoramentos e Orientações	GABINETE DO REITOR / UNIDADES GESTORAS	Assessoramento a administração com emissão de orientações, pareceres, palestras informativas - referente a controles internos - para todos os servidores da unidade demandante.	Falhas na execução dos objetivos da instituição em decorrência de falta de orientação.	Demanda da Gestão	Mensal	AUDIN	400	Normas internas da instituição e legislação pertinente



Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Risco inerente ao objeto	Escopo do trabalho	Período	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento
3. VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL								
3.1 Avaliação do Dimensionamento da Força de Trabalho	AUDIN	Verificar a adequação da força de trabalho (investimento x retorno)	Apurar eventuais excessos ou falta de força de trabalho	Quadro de pessoal do IFPR	1º Trimestre	Todo o Instituto	300	Lei n.º 11.091/05 Lei n.º 12.772/12
3.2 Folha de Pagamento	CGU / AUDIN	Verificar a regularidade da Folha de Pagamento, com ênfase em auxílio moradia, adicional noturno	Pagamento indevido ou em desacordo com a legislação.	50% das implantações manuais no Siafi	1º Trimestre	PROGEPE / AUDIN	300	Lei n.º 8.112/90
4. CONTRATAÇÕES								
4.1 Fiscalização dos contratos	AUDIN	Verificar os processos de fiscalização de contratos e pagamentos referentes aos contratos terceirizados	Pagamento a maior no que diz respeito a glosas, ausência de penalidade e deficiências no processo de pagamento - execução financeira	Realizar auditoria em todas as empresas contratadas pelo IFPR	2º Trimestre	PROAD e Campus	525	Instrução Normativa n.º 05/2017 MPOG
4.2 Processos Licitatórios	AUDIN	Verificar a legalidade e formalidades do certame, identificando a existência de impropriedades nos processos licitatórios. Acompanhamento tempestivo dos processos de 2019.	Risco de não responsabilização por execução de despesa sem cobertura contratual e a execução de despesa sem o empenho prévio exigido no artigo 60, da Lei Federal nº 4320/64. Além de outros riscos inerentes. Acompanhamento tempestivo dos processos.	Reconhecimento de dívidas de todas as unidades do IFPR	2º Trimestre	PROAD e Campus	525	Lei n.º 8.666/93 e Legislação complementar
5. AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES								
5.1 Programa de Assistência Complementar ao Estudante - PACE	AUDIN	Verificar a compatibilidade entre os Editais e Normas Regulamentares Existentes, tais como IIP's, Portarias, Resoluções. Verificar a eficiência, eficácia e efetividade dos gastos dos recursos.	Público alvo pré-definido pelo Programa não ser contemplado	Amostra compatível com o número de bolsas.	2º Trimestre	AUDIN / PROENS	500	IIP 20/2012
6. GESTÃO PATRIMONIAL								
6.1 Imobilizado	AUDIN	Testar os cálculos de depreciação dos bens do Imobilizado; Verificar se os itens do imobilizado estão reconhecidos de forma adequada às normas contábeis vigentes; verificar se está sendo realizado o teste de recuperabilidade (impairment)	Risco de não realização de depreciação dos bens do imobilizado, evidenciando uma posição contábil que não reflete a realidade do IFPR; Risco de não realização do teste de recuperabilidade, descumprindo as normas contábeis vigentes	Todas as Unidades do IFPR	3º Trimestre	PROAD/Campus	270	NBCASP
7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS								
7.1 Saldos Contábeis	AUDIN	Analisar se os saldos apresentados pela contabilidade contêm pendências de conciliação, saldos invertidos, alongados, irrisórios ou outras irregularidades contábeis.	Risco de existência de saldos sem conciliação, comprometendo a fidedignidade das informações contábeis	Amostra das contas materialmente relevantes do balanço do IFPR	3º Trimestre	PROAD	270	NBCASP
8. AUDITORIA NOS CAMPI								
8.1 Diretoria da EAD	AUDIN	Acompanhar os processos administrativos e controles internos relativos à gestão de EAD	Controle interno ineficiente no sentido de coibir ilegalidades	Gestão da EAD	4º Trimestre	AUDIN/EAD	300	Observação às Normas Vigentes
9. FUNDAÇÃO E EDITORA								
9.1 Fundação de Apoio	TCU	Acompanhar ao publicidade no relacionamento entre o IFPR e a FUNTEF/PR	Cumprimento ao Acórdão n.º 1178/2018 - TCU - Plenário	Publicações na página do IFPR e da FUNTEF/PR	4º Trimestre	AUDIN	250	Acórdão 1178/2018 - TCU - Plenário
9.2 Acompanhamento do IFPR na constituição da editora própria	AUDIN	Acompanhar o processo de constituição da editora própria do IFPR	Recursos disponibilizados para uma ação na qual a instituição não tem expertise	Observar a evolução do Processo 23411.006823/2017-69	4º Trimestre	AUDIN	250	Acompanhamento do processo
10. AUDITORIA INTERNA								
10.1. Normativos específicos AUDIN	CGU	Elaboração do Manual de Auditoria Interna	Melhor padronização dos documentos e procedimentos	Resolução no Consup	2º Trimestre	AUDIN	300	Decreto 3591/2000, Recomendação 162107 Sistema Monitor - CGU e Legislação Aplicável
11. PROCESSOS ESPECIAIS								
11.1 Processos seletivos	AUDIN	Processo Seletivos pós graduação e Campus Astorga	Ausência a isonomia do processo	Pós-Graduação e Campus Astorga	3º Trimestre	Campus e PROENS	400	Editais de seleção

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAINTE 2019 abrange o período de 01/01 a 31/12/2019. Para o cálculo das horas, consideramos o quantitativo atual de 06 (seis) servidores (cinco auditores e um administrador). Totalizando durante o ano, 6804 horas que foram distribuídas nas atividades de auditoria¹⁹.

Nas horas destinadas a cada ação, estão inclusos o tempo necessário para o planejamento dos trabalhos, a coleta e análise de dados aplicados através de métodos de amostragem, a leitura e interpretação da legislação pertinente, a elaboração das solicitações de auditoria, dos registros das constatações de auditoria, das notas de auditoria e dos relatórios com os achados de auditoria e as devidas recomendações.

Os trabalhos de auditoria serão realizados segundo as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal, objetivando emitir opinião sobre os dados analisados, assim como diagnosticar potenciais problemas na aplicação de recursos.

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de alguns fatores externos, não programados, como: treinamentos não previstos, trabalhos especiais, atendimento ao TCU, à CGU, ao Reitor, à administração central e aos diretores de campi.

A unidade de Auditoria Interna prestará assistência durante todas as auditorias realizadas nas unidades do IFPR, tanto pela Controladoria Geral da União, quanto pelo Tribunal de Contas da União, bem como quaisquer outras auditorias e fiscalizações externas, acompanhando as recomendações efetuadas pelos mesmos.

¹⁹ A especificidade da jornada de trabalho de cada auditor e os cálculos estão demonstradas no item 4.5.

A elaboração do PAINTE permitirá que os trabalhos da auditoria do IFPR sejam realizados de forma planejada, abrangendo análise ampla dos recursos que estão previstos para serem repassados ao IFPR durante o ano de 2019.

Curitiba, 14 de novembro de 2018.

Kétura Silva Paiva
Chefe de Auditoria Interna

ANEXO 1: CÁLCULO DA RELEVÂNCIA NAS ÁREAS A SEREM AUDITADAS

O Cálculo da relevância das áreas é feito da seguinte forma: dada a natureza de despesa na primeira linha verificamos a sua importância de acordo com os diversos objetivos institucionais (PDI 2019-2023) constante na primeira coluna. Quando a natureza de despesa tem correlação direta com objetivo institucional atribuímos valor 2, quando há correlação indireta atribuímos o valor 1 e quando não há correlação atribuímos o valor 0. Ao final, cada natureza de despesa vai apresentar um valor, mensurando sua relação com os objetivos institucionais.

Da tabela anexa²⁰ (em CD), podemos extrair que PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR. é a natureza de despesa que tem maior relação com os objetivos institucionais, atingindo pontuação 16. Dada esta pontuação atribuímos a ela o valor máximo (10) e às outras pontuações um valor proporcional (regra de três).

²⁰ Tivemos que anexar a tabela em CD, devido ao tamanho (número de linhas e colunas), não houve como imprimir com os recursos disponíveis.